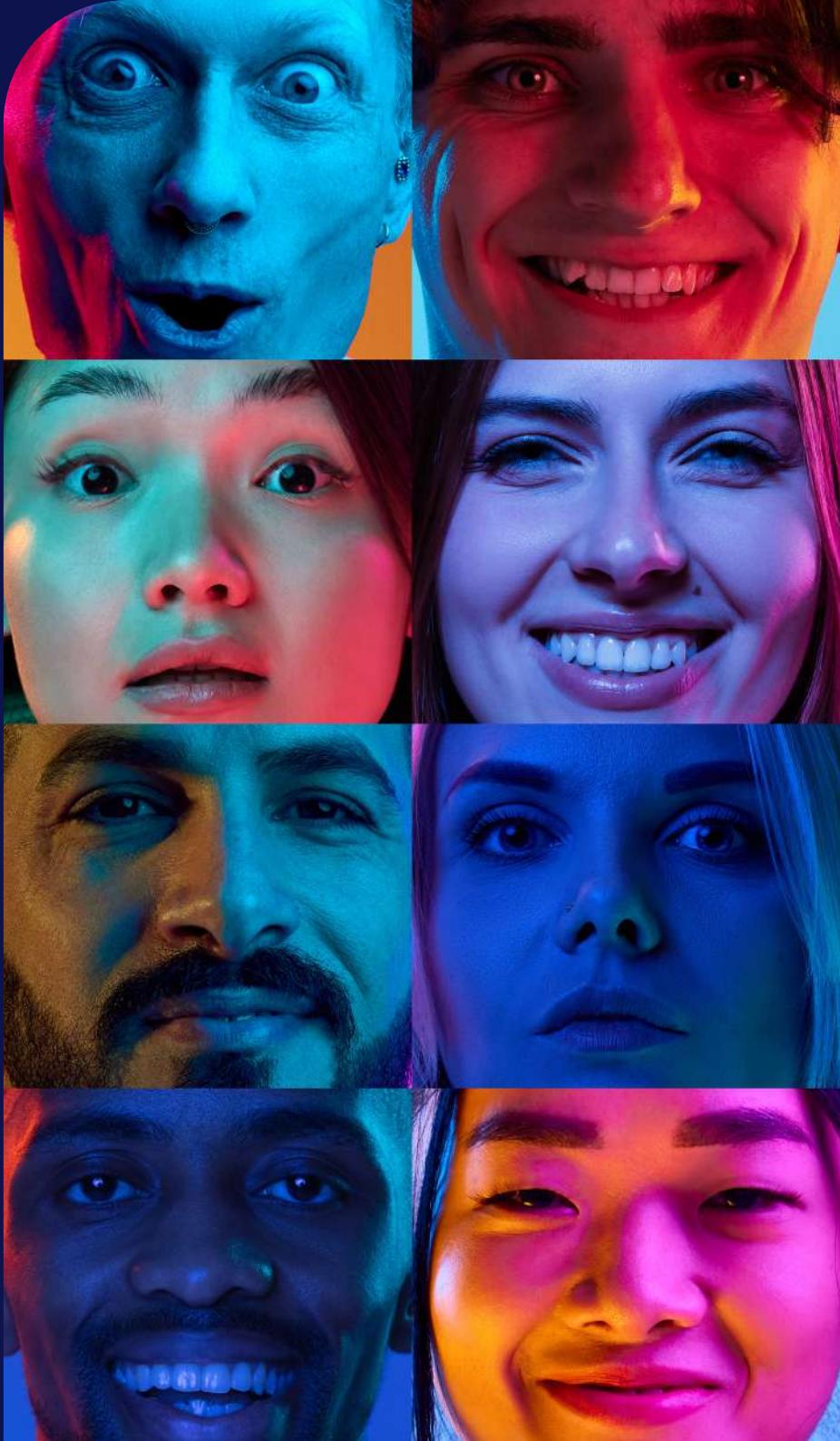


Pós-Graduação em Direito Médico e Saúde





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito Médico e Saúde.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Ingresso	15

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Profª. Geilza Fátima Cavalcanti Diniz
Coordenadora

Doutora em Direito pelo Uniceub (2014) e Mestra em Direito Público pela UFPE (2002). Juíza de Direito do TJDFT desde 2003, tendo sido aprovada em 1º lugar no concurso e com a maior média final da história do Tribunal. Autora de diversos livros e artigos jurídicos. Professora de Processo Penal e Técnica de Sentença Criminal e Professora universitária (UFRR e Uniceub).

DIREITO MÉDICO E SAÚDE



A atuação na área da saúde envolve desafios inerentes à complexidade e rotina exaustiva da profissão que, aliados a problemas estruturais e de recursos humanos dos serviços de saúde, podem conduzir a resultados sujeitos a penalidades administrativas ou judiciais.

No intuito de controlar e manejar essa escalada de ações judiciais motivadas por questionamentos no segmento de saúde, é indiscutível a importância de uma formação mais especializada dos profissionais envolvidos da área de saúde e do direito. Ainda, sabe-se que, para se agregar valor a qualquer profissional na atualidade, é imperativa a opção pela continuidade dos estudos para aprofundamento técnico das diversas matérias. Com foco no contínuo aperfeiçoamento e atualização dos profissionais da área jurídica e da saúde, e considerando a problemática discutida, foi criado o curso de pós-graduação em Direito Médico com o objetivo de orientar a melhoria de práticas de saúde voltadas para os temas doutrinários e normativos das relações humanas entre os profissionais de saúde e paciente, além de organizar melhor as demandas institucionais no âmbito do adequado cumprimento da prestação dos serviços de saúde e da prevenção de litígios vinculados à lacunas decorrentes de orientações limitadas dos profissionais que atuam nesse contexto.

DESTAQUES DO CURSO

Melhor compreensão dos riscos de judicialização na área da Saúde.

Aprofundar o conhecimento sobre o direito à saúde no contexto público e privado.

Mediar ações preventivas para evitar e/ou minimizar a ocorrência de processos administrativos, judiciais e éticos cujo objeto sejam assuntos relacionados à área da saúde.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais das áreas jurídica (advogados, juízes, defensores públicos, membros do Ministério Pùblico e servidores públicos do Judiciário e do Legislativo), da saúde (medicina, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, odontologia, biomedicina, nutrição) ou que pretendem atuar nela, incluindo a gestão em saúde, em instituições como hospitais, unidades de atenção à saúde, unidades de urgência ou emergência, consultórios, laboratórios, secretarias, ministérios, cooperativas, operadoras de Planos de Saúde e outros prestadores de serviço de saúde.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Médico e Saúde tem duração de seis (6) a 18 (dezoito) meses. É oferecido na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Direitos e Garantias Fundamentais e sua Interface com os outros Ramos do Direito	30 h
02	Direito Constitucional à Saúde	20 h
03	Medicina Legal	40 h
04	Perícia Criminal, Judicial, Assistência Técnica, Laudos, Pareceres e Honorários	15 h
05	Direito Sanitário	20 h
06	Bioética, Ética e Legislação	25 h
07	Biossegurança e Controle de Infecção	20 h
08	Responsabilidade Civil do Profissional da Saúde	20 h
09	Responsabilidade Penal do Profissional da Saúde	25 h
10	Ética Médica e dos demais Profissionais da Saúde	20 h
11	Legislação do SUS	20 h
12	Fundamentos Iniciais do Direito Administrativo	40 h
13	Análise de Julgados Emblemáticos na Área do Direito Médico	10 h
14	Início e Fim da Vida, Doação e Transplante de Órgãos e Documentação nos Serviços de Saúde	20 h
15	Legislação Aplicada à Telessaúde e Telemedicina	5 h
16	Diretrizes para Publicidade em Serviços de Saúde	5 h
17	Contratos de Planos de Saúde e a Proteção ao Consumidor	15 h
18	Proteção de Dados de Saúde na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	10 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		400 h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E SUA INTERFACE COM OS OUTROS RAMOS DO DIREITO	Evolução histórica dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo. A interface entre História, Direito e Política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do Direito Civil. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos direitos e garantias fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de coisas constitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro.
DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE	O direito à saúde na Constituição Federal. O direito à saúde como dever do Estado. A universalização dos serviços de saúde. Técnicas práticas de promoção do direito à saúde. A saúde e o mínimo existencial. Legislação aplicada ao direito à saúde. A resistência estatal na promoção do direito à saúde (defesa estatal). O direito constitucional à saúde e o dever do Estado de fornecer medicamentos e tratamentos. A judicialização da saúde.
MEDICINA LEGAL	Identificação médico-legal. Traumatologia forense. Classificação médico-legal da causalidade do dano. Energia: física, mecânica, química, físico-química. Instrumentos perfurantes: lesões. Caracteres. Instrumentos cortantes: lesões. Caracteres. Identificação genérica, específica, individual. Feridas de defesa. Esgorjamento. Degolamento. Decapitação. Instrumentos contundentes: escoriações, equimoses, lesões produzidas por instrumentos contundentes. Instrumentos cortocontundentes. Instrumentos perfurocontundentes. Comoção cerebral. Comoção medular. Choque. Coma. Inibição cardíaca. Hemorragia. Embolia. Armas de fogo. Lesões corporais (art. 29, CP): leve, grave e gravíssima. Lesões mortais. Tanatologia forense. Classificação das mortes. Fenômenos cadavéricos. Destinos dos cadáveres.
PERÍCIA CRIMINAL, JUDICIAL, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LAUDOS, PARECERES E HONORÁRIOS	Diferenças entre as áreas de atuação do profissional de perícia: perícia criminal, perícia judicial e assistência técnica. As competências e limites da atuação profissional. Conhecer os dispositivos legais que regulamentam a atuação desses profissionais, com ênfase do Código de Processo Civil. Partes essenciais do laudo e do parecer e a forma de redação desses. O peticionamento quando da prática pericial. Prazos. Quesitos. Método de cálculo e de apresentação da proposta de honorários.

DIREITO SANITÁRIO	<p>Introdução ao Direito Sanitário: conceito e abrangência. Fontes do Direito Sanitário. Princípios do Direito Sanitário. Tópicos do Direito Sanitário aplicáveis à Vigilância Sanitária e interface com o Direito Administrativo, Direito do Consumidor e Direito Penal. Direito Sanitário e Vigilância Sanitária. Organização e funcionamento da Anvisa e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – Lei n. 9.782/1999 e Decreto n. 3.029/1999. Regimento Interno da Anvisa – organização das ações de Vigilância Sanitária, exercidas por União, estados, Distrito Federal e municípios, relativas à autorização de funcionamento, licenciamento, registro, certificação de boas práticas, fiscalização, inspeção e normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS. Acordos de cooperação internacional no âmbito da Anvisa (ICH, EDQM, PICs, IMDRF). Gestão de riscos. Legislação geral de Vigilância Sanitária. Lei n. 6.360/1976 e suas alterações – dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneanentes e outros produtos, e dá outras providências; e Decreto n. 8.077, de 14 de agosto de 2013 – regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da Vigilância Sanitária, dos produtos de que trata a Lei n. 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. Lei n. 5.991/1973 e suas alterações – dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências; e Decreto n. 74.170/1974 e suas alterações – regulamenta a Lei n. 5.991/1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Lei n. 9.294/1996 e suas alterações – dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Lei n. 6.437/1977 e suas alterações – configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.</p>
BIOÉTICA, ÉTICA E LEGISLAÇÃO	<p>Bioética – princípios e conceitos. Diretrizes da CNS para pesquisas com seres humanos. Código de Ética e Resoluções COFEN relativas ao atendimento de urgência e emergência: Resolução n. 639/2020 – ventilação mecânica; Resolução n. 648/2020 – acesso intraósseo; Resolução n. 653/2020 – morte óbvia; Resolução n. 655/2020 – atuação dos profissionais de enfermagem no atendimento pré-hospitalar (APH) móvel terrestre e aquaviário; Resolução n. 661/2021 – classificação de risco. Processo de morte e morrer. Dilemas éticos na emergência. Diretivas antecipadas. Transfusão de sangue e religião. Autonomia do enfermeiro na emergência e legislação profissional.</p>
BIOSSEGURANÇA E CONTROLE DE INFECÇÃO	<p>Biossegurança. Medidas de precaução – padrão, gotícula, aerossol, contato. Higienização das mãos. Códigos e símbolos de biossegurança. Uso de equipamento de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva (EPC). Exposição a material biológico. Norma Regulamentadora n. 32. Práticas de biossegurança. Medidas de esterilização e desinfecção. Classificação dos riscos biológicos. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Casos clínicos. Biossegurança e Covid-19. Prevenção de infecção relacionada à assistência à saúde. Prevenção de infecção hospitalar em serviços de saúde. Diagnóstico e medidas de precaução das principais IRAS. Infecções relacionadas a cateteres.</p>

RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL DA SAÚDE	Responsabilidade civil na área médica: introdução e noções gerais. Pressupostos gerais da responsabilidade civil dos profissionais de saúde na área privada. Os danos causados no exercício de atividade de saúde na área privada: peculiaridades. A responsabilidade civil subjetiva dos profissionais de saúde na área privada: diálogos entre Código Civil, Constituição Federal, CDC e Lei dos Planos e Seguros de Saúde. A responsabilidade civil dos profissionais de saúde e a discussão como obrigação de meio ou resultado e as consequências. Responsabilidade civil de hospitais privados por danos causados por profissionais da saúde. A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos e omissivos por danos causados por profissionais de saúde na prestação de serviço público (objetiva ou subjetiva). Danos suportados em hospitais públicos ou postos de saúde durante o exercício de atividade de qualquer profissional da saúde. Os planos e seguros de saúde e a relação com a responsabilidade civil dos profissionais da saúde. A atividade dos profissionais da saúde e a conexão com os direitos fundamentais da personalidade da pessoa humana. O princípio do consentimento informado e a responsabilidade civil. A responsabilidade civil de clínicos de reprodução assistida em relação ao dever de preservação do material genético e da privacidade e intimidade dos pacientes.
RESPONSABILIDADE PENAL DO PROFISSIONAL DA SAÚDE	Introdução ao Direito Penal. Princípios do Direito Penal. Aplicabilidades da lei penal no exercício dos profissionais de saúde. Responsabilidade penal médica e de outros profissionais de saúde: tipo de injusto. Imprudente e a Lex Artis. Teoria do crime e da pena. Crimes contra a pessoa e lesões corporais. Crimes contra o patrimônio.
ÉTICA MÉDICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	Noções do Código de Ética Médica. Noções do Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Noções do Código de Ética e de Conduta do Nutricionista. Noções do Código de Ética Odontológica. Noções do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Noções do Código de Ética Farmacêutica.
LEGISLAÇÃO DO SUS	Reforma sanitária. História do SUS. Seguridade social na Constituição Federal de 1988. Leis orgânicas da saúde. Outras disposições normativas complementares.
FUNDAMENTOS INICIAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração Pública. Administração Pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração Pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos e implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da Administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Atos administrativos. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Lei n. 9.784/1999. Lei do Processo Administrativo Federal. Licitação. Conceito. Objetivo. Normas gerais. Obrigatoriedade.

FUNDAMENTOS INICIAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	Princípios. Fases da licitação. Modalidades. Contratação direta. Lei n. 8.666/1993. Jurisprudência aplicada às licitações. Contratos administrativos. Contratos da Administração. Convênios administrativos. Consórcio público. Normas constitucionais. Classificação do contrato administrativo. Características dos contratos administrativos. Reajuste e revisão. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Extinção dos contratos administrativos. Jurisprudência aplicada aos contratos administrativos. Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica da responsabilidade estatal. Pressupostos da responsabilidade do estado. Tipos de responsabilidade. Fatores de exclusão. Responsabilidade por ato judicial. Responsabilidade por atos legislativos. Ação regressiva. Prescrição.
ANÁLISE DE JULGADOS EMBLEMÁTICOS NA ÁREA DO DIREITO MÉDICO	Judicialização da saúde – julgados sobre o fornecimento de medicamentos, tratamentos de alto custo, transplantes e cirurgias complexas. Judicialização da saúde suplementar. Julgados sobre negativas de cobertura, medicamentos, cirurgias e terapias fora do rol da ANS e análise de tutelas de urgência. Judicialização da medicina – responsabilidade civil dos profissionais da medicina e dos hospitais. Julgados do Conselho Federal e dos Regionais de Medicina. Julgados sobre responsabilidade penal dos médicos. Quantificação do dano moral em julgados sobre erro médico.
INÍCIO E FIM DA VIDA, DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E DOCUMENTAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	A vida e a dignidade humana. Direito do nascituro. Aborto na legislação. Direitos reprodutivos e planejamento familiar. Limites da manipulação genética. Pesquisas com células-tronco embrionárias e adultas à luz do direito. Eutanásia, ortotanásia, distanásia, mistanásia. Cuidados paliativos. Testamento vital. Morte encefálica. Doação de órgãos e transplante. Importância da qualidade de informações. Prontuário médico e de outros profissionais de saúde, período de guarda de documentação. Declaração de óbito. Declaração de nascidos vivos. Termo de Consentimento Informado/Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
LEGISLAÇÃO APLICADA À TELESSAÚDE E TELEMEDICINA	Legislação aplicada à telemedicina. Legislação aplicada à telessaúde. Regulamentação e prática.
DIRETRIZES PARA PUBLICIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE	Resolução CFM n. 1.974/2011. Critérios específicos para anúncios publicitários e de propaganda. Critérios específicos para material impresso de caráter institucional. Critérios específicos para publicidade e propaganda em TV, rádio e internet. Critérios para relação dos médicos com imprensa, uso de redes sociais. Empresa – estabelecimento de serviços médicos particulares. Profissional individual. Proibições gerais. Serviços médicos oferecidos pelo SUS.
CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR	Plano de saúde na Constituição Federal. Saúde suplementar. Regulamentação dos planos de saúde. Atuação da ANS. Plano de saúde e CDC. Contrato de plano de saúde e cláusulas abusivas. Judicialização da saúde suplementar.
PROTEÇÃO DE DADOS DE SAÚDE NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	Lei Geral de Proteção de Dados no direito à saúde. Proteção e compartilhamento de dados entre profissionais de saúde. Proteção e compartilhamento de dados entre estabelecimentos de saúde. Proteção e compartilhamento de dados entre profissionais de saúde e estabelecimentos de saúde. Responsabilidade civil médico-hospitalar na proteção de dados de saúde.

FAQ DO CURSO

O curso de pós-graduação em Direito Médico e Saúde é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de pós-graduação em Direito Médico e Saúde é um curso lato sensu. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de pós-graduação em Direito Médico e Saúde é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Download de materiais para estudo offline. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos off.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.



INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos 😊
passos de muitos
futuros

gran.com.br



G